

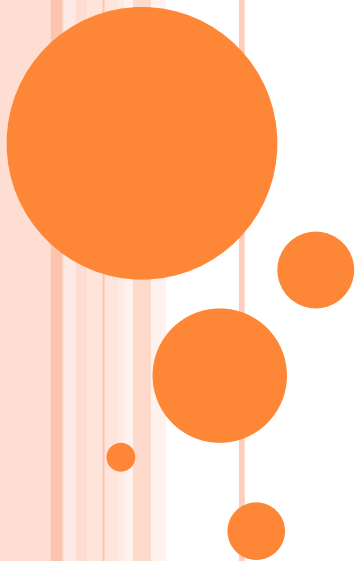
INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E LETRAMENTO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO: DAS POLÍTICAS À SALA DE AULA

CORSINO, PATRÍCIA – UFRJ

GT: EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS / N.07

AGÊNCIA FINANCIADORA: CAPES

**LUCIANO BARCELLOS - PIBID LETRAMENTO E EDUCAÇÃO
INFANTIL**



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- A pesquisa na qual este trabalho foi construído é parte de uma tese de doutorado já defendida que teve como preocupação central conhecer as concepções de infância, linguagem e letramento que permeiam os discursos e as práticas das diferentes instâncias da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro.
- O estudo teve como pilares as idéias de Mikhail Bakhtin(1992a, 1992b,1998),Walter Benjamin (1984,1993a,1993b) e Vygotsky (1991,1993,1997,1998). Autores que trazem a perspectiva sócio-histórica, dialética e humana dos estudos da linguagem.



PARA SITUAR AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS, A PESQUISA SE PROPÔS

- Conhecer e analisar as concepções de infância e de educação infantil, construídas historicamente e como as políticas públicas brasileiras, especialmente as do município do Rio de Janeiro, vêm tratando destes temas ao longo da história;
- Discutir as concepções de linguagem e suas implicações para a educação infantil;
- Conhecer e analisar a estrutura político-pedagógica-administrativa da Educação Infantil da rede municipal de ensino, frente à diversidade sócio-histórico-cultural em que estão inseridos os seus atores.



A pesquisa seguiu o curso das questões emergentes nas diferentes instâncias da Secretaria Municipal de Educação, ampliando o foco às questões políticas. Tal qual a criança desordeira (Benjamin, 1993), que vira pelo avesso a ordem das coisas, os relatos das entrevistas e as observações foram estabelecendo novas ordens, revelando as interações entre as políticas públicas e a sala de aula.



- A autora trouxe uma síntese das questões abordadas na tese com a intenção de que as análises e discussões provocasse novas respostas e indagações para se pensar as políticas públicas para a Educação Infantil, a formação de seus profissionais e as práticas de sala de aula, especialmente as que envolvesse linguagem e letramento, de forma que sejam garantidos o acesso, a permanência e, principalmente, a qualidade do ensino oferecido às crianças de 0 a 6 seis de idade.



PENSANDO INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

- A autora buscou um olhar sobre a infância que pudesse ver uma oscilação de forma dialética, em que o dinamismo das condições humanas e da própria experiência do sujeito abrisse espaço para se ver a criança como sujeito histórico, contextualizado, mas singular e único, que ao mesmo tempo em que recebe e se forma, cria e transforma..



- A história da infância no Brasil, construída à sombra dos adultos traz a marca das desigualdades presentes até hoje. À criança pobre, desde de muito cedo, coube e ainda cabe o trabalho. Seu tempo de infância, entendido como preparo para inserção da vida adulta e pregado desde a Modernidade, tem sido abreviado.



- O Brasil chega ao ano de 2000, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE, com sua população de 0 a 6 anos de, aproximadamente, 23 milhões; porém, cerca de 19% destas crianças vivem em famílias pobres. A criança pobre, por uma série de situações de vida em que está sujeita, tem poucas chances de romper com o ciclo de pobreza.



- A Educação Infantil tem sido apontada pelos órgãos internacionais, como a UNICEF, como um dos fatores para se medir o Índice de Desenvolvimento Infantil, fazendo diferença na vida da criança pela possibilidade de garantia dos direitos à proteção de maus-tratos, violência e discriminações, à provisão de alimentação, habitação, saúde, educação etc e à participação social, acesso a produções culturais, expressão dos significados construídos nas relações que estabelece, partilha nas decisões que lhe afetam etc.



- Mesmo ocupando um lugar importante na vida das crianças, hoje, cabe ressaltar que uma instituição, por si só, não esgota a gama de necessidades de um ser humano e, ainda, que ela não é a solução para os problemas sociais, pois estes fogem do âmbito educacional, pois o Ensino Fundamental tem que buscar soluções para suas questões internamente.



EDUCAÇÃO INFANTIL E OS MENINOS E MENINAS DO RIO



- A cidade do Rio de Janeiro, segundo dados do Censo-2000 (IBGE), conta com 626.450 crianças de 0 a 6 anos de idade, que representam 10,69% da população total da cidade. Entretanto, analisando a população infantil, de 0 a 6 anos, residente nas Regiões Administrativas das grandes favelas, que apresentam os piores índices de desenvolvimento humano –IDH, observamos que este percentual atinge mais de 15%. Na cidade convivem lado a lado IDHs extremos: dos mais altos do mundo, aos mais baixos. Estas diferenças são retratos de um Brasil desigual que foram se configurando ao longo da evolução urbana da cidade.



- 1909
- 1975
- 1979
- 1985



- A partir dos anos noventa, as Casas da Criança foram incorporadas à rede municipal de ensino e os agentes educativos substituídos por professores. Logo após a LDB, o atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade ficou sob a responsabilidade da SMDS e o das crianças de 4 a 6 anos da SME.



Se a questão da oferta de Educação infantil na rede municipal do Rio começa a apresentar índices mais animadores na pré-escola; nas creches, o atendimento precisa, urgentemente, de ampliação. Além disso, para que a Educação Infantil possa fazer de fato diferença na vida das crianças da cidade, é necessário que a oferta do serviço signifique qualidade de atendimento, o que exige investimento não apenas em recursos materiais e equipamento, mas, sobretudo, na formação dos profissionais que lidam diariamente com as crianças.



LINGUAGEM E LETRAMENTO NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL



- Segundo os relatos, um novo olhar está sendo construído sobre a criança da camada mais pobre da população da cidade. Criança que dizem não ser a ideal e nem a que está escrita nos livros, mas que, ao ser olhada de verdade, traz indagações e ensina o professor a reaprender o seu trabalho. As falas trazem o desejo da reconstrução e democratização da escola, mas as condições de trabalho, com equipes pedagógicas reduzidas, em todas as instâncias da secretaria e com descontinuidade das ações, não favorecem as mudanças.



- Vários relatos trazem o trabalho com diferentes tipos de textos em sala de aula, como trabalho com o letramento.
- Vivenciar diferentes contextos de enunciação e seus gêneros discursivos é ter acesso à universalização da cultura. Diferentes tipos de textos só fazem sentido em contexto de uso, em práticas sociais em que as crianças participam.



- Ler e contar histórias apareceu como uma prática disseminada: todo professor de educação infantil que se preze lê histórias, diz uma entrevistada.
- Os relatos das entrevistadas indicam que é a maneira como a linguagem é abordada na Educação Infantil que faz a diferença, tornando o trabalho interessante.
- No ritmo de cada turma observada, foram nas conversas informais, nas brincadeiras e jogos e nas atividades mais livres de artes (desenho, pintura, colagens e massinha) que as crianças tiveram a possibilidade de melhor se expressar.
- O excesso, pelos limites impostos à movimentação e à curiosidade infantil, e a falta dele em algumas turmas, .pela desorganização do ambiente que impossibilitava as narrativas, trocas e descobertas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

- As condições impostas às crianças revelam que não é possível viver uma infância idealizada, pretendida e legitimada, vive-se a infância possível, pois a criança está imersa na cultura e participa ativamente dela. As diferenças de condições de ser criança não excluem a especificidade da infância, enquanto experiência individual e enquanto categoria social. Porém não se pode entender desigualdade como diferença. Muitas vezes as condições impostas às crianças não apenas limitam suas trajetórias futuras, como as impedem de viver uma vida digna no presente. A Educação Infantil, pode ser um caminho para diminuir as desigualdades, mas precisa ser entendida simultaneamente como parte de uma política educacional mais geral e parte de uma política de infância que é muito mais ampla do que a Educação Infantil, especialmente quando se trata de uma população infantil pobre, que tem direitos sociais a serem atendidos por outras instâncias públicas, além da educação.

